

EDUCAR PARA SAÚDE: A HIGIENE NO CURRÍCULO DOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES (ANOS 1910)

Julia Vieira Tocchetto De Oliveira

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar a higiene prescrita nos programas de ensino dos primeiros grupos escolares catarinenses, inaugurados nos anos 1910. Pretendeu-se, deste modo, perceber como (e quais) os conhecimentos relativos à higiene contemplados no currículo destas instituições objetivavam interferir na sociedade, influenciando em costumes sociais, bem como perceber como as prescrições relativas à higiene presentes nestes programas representaram também uma estratégia (CERTEAU, 2011) dos governantes catarinenses afim de educar a população e de manter a saúde pública. Para o desenvolvimento deste trabalho foram analisadas fontes tais como: legislações, jornais diários em circulação na época, relatórios de governadores e da Inspeção de Higiene, ofícios e circulares da instrução pública catarinense. Partindo da perspectiva de Edward P. Thompson, a lei é aqui percebida, não como imposição “de cima para baixo”, mas antes como espaço no qual se travam inúmeros conflitos sociais. Como tal, a lei expressa possibilidades de mudanças do mesmo modo que evidencia conflitos e costumes sociais. Assim, esta pesquisa buscou também captar indícios de demandas, tensões e costumes sociais que perpassavam as promulgações das regulamentações de higiene para os grupos escolares.

Palavras-chave: Higiene; grupos escolares; currículo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a higiene prescrita nos programas de ensino dos primeiros grupos escolares catarinenses, implantados nos anos 1910. Pretendeu-se, deste modo, perceber como (e quais) os conhecimentos relativos à higiene contemplados no currículo destas instituições objetivavam influir na sociedade, interferindo em tradições e costumes sociais, bem como perceber como as prescrições relativas à higiene presentes nestes programas possivelmente representaram também uma estratégia (CERTEAU, 2011)¹ dos governantes catarinenses afim de educar a população e de manter a saúde pública.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram analisadas fontes tais como: legislações, jornais diários em circulação na época, relatórios de governadores e da Inspeção

¹ Entendo estratégia, a partir de considerações de Michel de Certeau como cálculo ou manipulação de relações de forças que são assim geridos em prol de um dado objetivo.

de Higiene, ofícios e circulares da instrução pública catarinense. Partindo das proposições de Edward P. Thompson acerca da lei no livro **Senhores e Caçadores** (1987) como referencial teórico-metodológico, esta pesquisa teve como objetivo analisar as prescrições para higiene contidas nos programas de ensino para os os grupos escolares de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1914, efetuadas durante a atuação de Orestes Guimarães na Inspetoria Geral do Ensino Público deste Estado. Pois para Thompson: “como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado” (THOMPSON, 1987, p. 358). Assim, resultado de demandas sociais, a lei pode traduzir costumes do mesmo modo que pode expressar possibilidades de mudanças, evidenciando as tensões sociais. Desta forma:

Thompson [...] mostra como o estudo de uma proposta de lei, sua aprovação ou não, expressa sempre o resultado de uma configuração social, os diferentes contornos e disputas desta configuração, que mudam com no tempo com a sociedade. (BERTUCCI, FARIA FILHO e OLIVEIRA, 2010, p. 38)

Neste sentido, este trabalho buscou também captar indícios de tensões, demandas e/ou costumes sociais que perpassavam estas regulamentações.

No final do Século XIX, debates acerca do fim da escravidão e da política de imigração foram conjugados com a ideia de formação (física e moral) do povo brasileiro. Atrelada aos ideais de progresso e civilização, a formação do homem nacional, na maior parte das vezes permeada por ideias raciais, estava vinculada também à necessidade da manutenção de sua saúde, através dos cuidados indispensáveis com a higiene das pessoas, das coisas e dos lugares (salubridade) (BERTUCCI, 2013; 2014).

Estas discussões ganham notoriedade e novos adeptos ao longo das primeiras décadas do século XX. Sobretudo, a partir de meados da década de 1910, o que ficou conhecido como Movimento Sanitarista ganha importante repercussão, impulsionado com a divulgação em 1916 da expedição científica realizada pelos doutores² Arthur Neiva e Belisário Penna pelo chamado Brasil central (BERTUCCI, 2007; HOCHMAN; 2013).

Composto por médicos, engenheiros, advogados e educadores, dentre eles muitos políticos e militares, este movimento ligado ao nacionalismo tinha por intuito a “regeneração” da nação e de sua população e para tanto era imperioso dispor de políticas nacionais em prol da saúde pública, saneando os espaços públicos e privados e higienizando o homem brasileiro, sobretudo educando-o para saúde. Assim, educar as pessoas nos preceitos básicos de higiene

² Neste trabalho o termo doutores será utilizado como sinônimo de médicos.

foi percebido como meio eficiente de cura e profilaxia, uma vez que o sujeito bem educado, conhecendo e seguindo de perto os princípios higiênicos, seria capaz de salvaguardar sua saúde e de seus pares (BERTUCCI, 2007; 2013; 2014).

Educar, instruir, higienizar, estes foram temas também debatidos concomitantemente entre os catarinenses das primeiras décadas do século XX e o governo de Santa Catarina realiza medidas profiláticas que visavam à educação da população para saúde. A escola primária, instituição que se renova com propostas que tinham como modelo o grupo escolar (o primeiro deles inaugurado na capital do Estado de São Paulo em 1894) (SOUZA, 1998), foi eleita em terras catarinenses, como em grande parte do Brasil, como lugar privilegiado para educação da criança (futuro cidadão) nos preceitos higiênicos indispensáveis para constituição de uma população capaz de impelir o país aos rumos do progresso.

Em Santa Catarina os primeiros grupos escolares passam a ser implantados no início da década de 1910, durante o governo de Vidal Ramos. Nesta conjuntura, o Estado de São Paulo e suas instituições escolares eram vistos pelo governo catarinense como modelo de civilidade e progresso que se pretendia alcançar também em Santa Catarina (HOELLER, 2009). Por esta razão, procurando correspondência com o modelo de São Paulo de escolarização, o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães é convidado por Ramos, no ano de 1911, para dirigir a reforma na Instrução Pública catarinense, assumindo meses depois o cargo de Inspetor Geral do Ensino Público de Santa Catarina³.

Assim, em 1911 o professor Orestes Guimarães começa sua reforma com a reestruturação da Escola Normal Catarinense, para que os futuros professores tivessem plenos conhecimentos da moderna pedagogia, seguido da reestruturação das escolas isoladas⁴ e implantação dos sete primeiros grupos escolares no Estado. Deste modo, organizou inicialmente o Grupo Escolar Conselheiro Mafra, na cidade de Joinville, em 1911 e posteriormente o Grupo Escolar Lauro Muller, em Florianópolis⁵; o Grupo Escolar Jerônimo

³ Importa evidenciar, conforme aponta Hoeller, que ter como modelo o ensino público primário paulista não significou uma transposição simples e pura destes moldes aos outros Estados. Seus governantes, e isso vale também para Santa Catarina, buscavam correspondência com esta forma escolar, de modo a adaptá-lo as peculiaridades de cada Estado. (HOELLER, 2009).

⁴ As escolas isoladas, em geral, funcionavam em casas alugadas ou na residência do professor e reunia alunos de várias idades e séries em uma única turma, sendo que um mestre lecionava a todos. Sabe-se que esta modalidade escolar foi responsável pela maior parte da escolarização da infância catarinense, contando com um número de escolas e crianças matriculadas superior ao número de grupos escolares (HOELLER, 2009). Entretanto, esta pesquisa se volta aos grupos escolares, uma vez que, na época estudada, eram tidos como representação do modelo ideal de escola pública primária.

⁵ Localizado na região central de Florianópolis, o Grupo Escolar Lauro Muller inaugurado no dia 24 de maio de 1912, foi construído para servir de modelo para os outros grupos escolares do Estado e para prática das alunas da Escola Normal Catarinense. (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

Coelho, em Laguna, no ano de 1912 e, em 1913, os Grupos Escolares Vidal Ramos, em Lages; Silveira de Souza, em Florianópolis; Victor Meireles, em Itajaí e Luiz Delfino, em Blumenau.

Estes grupos escolares guardavam em Santa Catarina íntima ligação com os preceitos higiênicos. Escola da República por excelência, modelo ideal de educação escolar primária, aos grupos escolares é dada a missão de “regenerar” o povo por meio da instrução e educação, inclusive a higiênica (tanto higiene das pessoas, quanto a higiene dos lugares e coisas – salubridade). Construídos a partir das normas de cientificidade, esta forma escolar não escapou aos olhares atentos dos doutores, que viam na instrução de pequenos brasileiros a possibilidade de influir em comportamentos para manter a saúde e combater doenças. As crianças ofereceriam maiores condições de serem educadas de acordo com os postulados da higiene, uma vez que ainda não tinham entranhados vícios e hábitos considerados pelos médicos como prejudiciais à saúde (BERTUCCI, 2013). Ademais, a criança poderia ser um meio de educar também os adultos ao divulgarem entre famílias os preceitos higiênicos.

A HIGIENE NO CURRÍCULO DOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES

Desde as primeiras regulamentações, em 1911, a higiene permeou a institucionalização dos grupos escolares catarinenses, prescrevendo a construção de edifícios próprios e salubres, materiais e mobiliários que além de atender às necessidades pedagógicas também atendessem normas de higiene, determinando suas disposições em salas de aula e corredores, bem como listando deveres a serem cumpridos e regras de higiene a serem obedecidas, detalhando orientações para conservação do asseio nos espaços escolares e cuidados com a saúde de todos (SANTA CATARIANA, 1911b; 1914b). Tudo isso com o intuito, de além de manter a saúde das pessoas que frequentavam essas instituições, educar os corpos e as mentes infantis nos preceitos higiênicos e assim formar o adulto bem educado e saudável do futuro. Com este propósito a higiene também foi incluída nos programas de ensino dos grupos escolares de Santa Catarina, como parte de conteúdos e disciplinas escolares.

Compreender a higiene presente nos programas de ensino dos grupos escolares catarinenses implica entendê-la também como parte da história do currículo e das disciplinas escolares. Neste sentido, é preciso levar em consideração o caráter dinâmico destas categorias, refletindo acerca de suas práticas, que vão além das prescrições legislativas sendo, portanto, construtos sociais que possuem múltiplas dimensões e são permeadas por tensões

(CHERVEL, 1990). Assim, para melhor compreender a higiene no currículo destas instituições seria preciso ir além de seus aspectos prescritivos, uma vez que o que é determinado nem sempre é praticado e o que é ensinado nem sempre é aprendido (CHERVEL, 1990). Isto porque, como nos adverte Oliveira (2002, p. 58),

A escola tem sido cada vez mais reconhecida como um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares a partir da experiência de seus agentes, o que não confirmam a tese de possíveis transposições mecânicas para seu interior. Ou seja, esses estudos têm enfatizado que a instituição escolar não existe em abstrato; cada escola uma realidade, cada realidade, diversas formas de conceber os embates e conflitos reais.

Todavia, os aspectos prescritivos são também uma das partes que constituem as disciplinas escolares e o currículo (CHERVEL, 1990). Assim, ainda que não possamos por meio da análise de seus programas compreender as práticas de ensino da higiene nos grupos escolares catarinenses, podemos inferir acerca das intenções das autoridades locais em inseri-las no currículo destas instituições, bem como conjecturar seu papel estratégico e captar indícios de costumes presentes na sociedade catarinense que se buscava modificar.

A educação higiênica, segundo Stephanou (2009, p. 1) deveria seguir os seguintes princípios:

- 1) Sensibilizar pela adesão; 2) ter início na infância para formação de hábitos que tornariam possível constituir na criança uma segunda natureza; 3) constituir-se como instrução essencialmente prática; 4) assentar-se na pedagogia do exemplo, como forma de instigar imitações salutareis.

Deste modo, a escola primária deveria ir gradativamente ensinando aos seus alunos os preceitos de higiene, de modo que, para além do acesso ao conhecimento científico, pudessem adquirir práticas salutareis necessárias à vida adulta. Entretanto, como escreveu Bertucci, “[...] práticas cotidianas, amplamente difundidas, balizavam a incorporação (e efetivação) de ações diárias relativas à saúde”, inclusive de professores que defendiam atenção com a salubridade e ensinavam preceitos higiênicos (BERTUCCI, 2014, p.12).

Em 1911, no primeiro Programa de Ensino para os Grupos Escolares de Santa Catarina, a higiene aparece na disciplina de “Sciencias physicas e naturaes – hygiene” distribuída nos quatro anos do ensino primário, que tal qual o Regimento Interno destas instituições do mesmo ano, aparecia de maneira idêntica ao que acontecia no Programa de Ensino dos grupos escolares de São Paulo de 1905. Ao lado de conteúdos como os animais, as plantas e os elementos da natureza, os princípios higiênicos aparecem de maneira tímida,

direcionados aos cuidados com o asseio do corpo, do vestuário e da habitação, com breve menção na disciplina ministrada no quarto ano ao uso abusivo do fumo e do álcool. Assim, era prescrito para o quarto ano dos grupos escolares catarinenses:

Sciencias physicas e naturaes – hygiene

O homem. Organs, aparelhos e funcções. Os sentidos. Classificação dos animaes. Estudo das principaes ordens. As plantas. Partes de uma planta. Conhecimento das flores e dos fructos. Utilidade dos vegetaes. Productos vegetaes. Cultivo. Principaes phenomenos relativos à gravidade, ao calor, à luz, ao som, ao magnetismo, à eletricidade. Applicações. Ideas geraes sobre os corpos simples e completos. O oxygenio, o hydrogeneo, carbono, o azoto ou hydroeneo (sic). A agua. Os metaes. Acidos e saes. Applicações. Hygiene da alimentação, do vestuario e da habitação. O exercicio physico e a hygiene corporal. O abuso do fumo e do alcool. (SANTA CATARINA, 1911a, p. 13; SÃO PAULO, 1905, p. 10).

Em São Paulo a higiene também aparecia atrelada às ciências físicas e naturais, o que foi criticado na década de 1920 pelo doutor Almeida Junior. Para este médico a associação entre estas ciências prejudicaria o ensino de higiene, já que a submetia às ciências físicas e naturais, o que causava a deficiência da educação higiênica nas escolas primárias (PYKOSZ, 2007). Nas primeiras regulamentações para as escolas primárias do Paraná a higiene também aparece associada a outros campos do saber científico, tais como botânica, mineralogia, agronomia, zoologia, química, física e história natural (PYKOSZ, 2007). O que fica evidente é que, em Santa Catarina, assim como em outros Estados brasileiros, a educação higiênica já fazia parte dos planos das autoridades e legisladores, sendo alvo de prescrições para seus grupos escolares. Como escreveu Pykosz:

Críticas à parte quanto à forma da higiene, o que vinha se delineando nas escolas brasileiras era a integração dos discursos dos “homens de ciências” em prol da educação, que acontecia desde o século XIX e que nesse momento se consolidava em forma de uma disciplina escolar, ou seja, fazendo parte dos planos legislativos e programáticos das escolas demarcado no currículo das instituições. (Pykosz, 2007, p.109).

Atrelada a outros saberes, a higiene permeia a nova regulamentação escolar de 1914, de maneira diluída no Programa de Ensino para Os Grupos Escolares e como conteúdo específico em duas disciplinas nesta determinação. Segundo este Programa era imprescindível “Não perder a oportunidade de imprimir no espírito dos alumnos o amor ao trabalho, à ordem, ao asseio” (SANTA CATARINA, 1914b, p. 67). Desta forma, a higiene, que desde o século XVIII tinha estatuto privilegiado em discussões sobre civilidade e contribuía com várias áreas do conhecimento (BERTUCCI, 2014), estava inserida em disciplinas como botânica, zoologia, linguagem oral, geografia, desenho e educação moral e cívica. E enquanto disciplina específica era prescrita na matéria de “Elementos de Sciencias e de Hygiene”, ministrada no primeiro ano dos grupos escolares e na disciplina de “Educação e Hygiene”, com a clara

orientação de ser ministrada durante as aulas de linguagem oral e distribuída nos dois primeiros anos destas escolas (SANTA CATARINA, 1914b, p. 16, 28, 34).

No que diz respeito a “Elementos de Ciências e de Higiene”, diferente do que aconteceu no programa de ensino para os grupos escolares catarinenses de 1911, as ciências naturais cedem espaço aos conteúdos de higiene. Assim, em 1914 esta determinação previa que:

Elementos de Ciências e de Higiene

Os sentidos e seus órgãos. Os serviços relevantes que nos prestam os sentidos. Condições de saúde – levantar cedo, tomar banho, tomar imediatamente café, fazer um passeio de meia hora, preparar as lições, comer às horas certas, aos domingos e feriados, os passeios às matas, fugindo dos lugares pantanosos e porque; a água e as suas espécies; a água filtrada e a fervida; andar bastante sem correr e porque; as fructas verdes e as suas consequências – o estomago e os dentes; como é bom e bonito uma boa dentadura, e porque; evitar os calçados humidados; a cabeça nua, largo tempo ao sol; consequências de comer depressa sem mastigar. Respeitar as plantas e porque. Resumidas noções das principaes partes da planta, **a vista do natural**. Idem das partes externas do corpo humano. **(Verificadas pelos alumnos no proprio corpo)**. Resumidas noções dos três estados dos corpos. (SANTA CATARINA, 1914b, p. 28, grifos originais).

Em “Elementos de Ciências e de Higiene” os aspectos higiênicos aparecem relacionados aos cuidados indispensáveis com a saúde do próprio corpo. Conforme indicam Pykosz e Oliveira (2009, p. 139) a higiene, enquanto parte do programa escolar, ao lado de disciplinas com o mesmo objetivo, tais como ginástica e trabalhos manuais, trazia em seus conteúdos aspectos que incidiam diretamente sobre a educação dos corpos dos alunos, permeando também outras disciplinas que não tinham esta mesma finalidade.

Assim, cuidados com a higiene da digestão, preparo de alimentos saudáveis, por exemplo, perpassam as disciplinas de zoologia e de botânica. Cuidados com o asseio do corpo, que já eram presentes no Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914, tal como não levar o lápis a boca (SANTA CATARINA, 1914a, Título VX, Capítulo II, Art. 331) deveriam ser, também prescritos nas aulas de desenho, o que, de certa maneira buscava inculcar formas de conduta sadia nos alunos em conexão com atividades que estes realizavam, maneira indireta de associar tal prática a ações diárias inclusive fora da escola. Também em educação moral e cívica a moderação da comida e bebida aparece como conteúdo, o que, por um lado contribuía para uma educação do corpo e, por outro, destacava os aspectos de moralidade e civilidade imbricados com a higiene, uma vez que a criança bem educada e civilizada não cometeria excessos durante as refeições (CECCHIN e CUNHA, 2007).

No que diz respeito à disciplina de “Educação e Hygiene”, associada à “Linguagem Oral”, os conteúdos relacionados à higiene pessoal, tais como asseio das unhas, mãos, cabelos e dentes, bem como as questões de salubridade, como o asseio da casa, os cuidados com talheres e objetos de uso pessoal e a conservação da higiene em lugares públicos, aparecem entrelaçadas também com questões relativas à moralidade. Assim, para o primeiro ano do grupo escolar, o programa de ensino previa:

Linguagem oral. Educação e Hygiene

Asseio das unhas, mãos, orelhas, nariz, cabelos e dentes, mostrando às crianças os grandes males que podem provir do descuido no asseio destas partes e sobretudo dos dentes. Asseio do corpo – a necessidade dos banhos. Maneira de servirem-se das escovas para dentes, calçados e cabelos (**o uso diario do pente fino**). O perigo das fructas verdes. Modo de portarem-se as crianças em casa, nas ruas (**as praças e as ruas não são lugares de recreio para os meninos bem educados e sim os quintaes de suas casas**). Conselhos relativos com os cuidados com os trastes, brinquedos, livros, cadernos, etc. – de uso de cada um. Palestras educativas que infiltrem no animo infantil o desejo de **ordem e de asseio**. (SANTA CATARINA, 1914b, p. 16, grifos originais).

Já para o segundo ano esta determinação orientava:

Educação e hygiene (nas aulas de linguagem oral).

Comportamento das crianças durante as refeições. Pontualidade e promptidão em cumprir as recommendações. Bondade no trato dos animaes. **Dizer sempre a verdade**. Destruir os preconceitos – os agouros, os phantasmas. Cuidados com os dentes, unhas, mãos, cabelos, nariz. O suor, a poeira e a necessidade dos banhos. Não espalhas papeis, cascas etc. nos recreios, lugares publicos, nas suas casas; o asseio dos copos, talheres pratos e moveis. A casa asseada. O auxilio que as crianças devem prestar em todas as cousas (SANTA CATARINA, 1914b, p. 34, grifos originais).

Esta disciplina que tinha claramente como objetivo infiltrar “no animo infantil o desejo de ordem e asseio”, visava influir em comportamentos, ensinando as crianças que frequentavam os grupos escolares catarinenses não só as vantagens de manter o asseio de si e das coisas, mas também as vantagens de seguir as regras de civilidade e moralidade, indissociáveis das questões de higiene. Pretendia-se, assim, modificar costumes como as crenças populares, “os maus agouros” e os “fantasmas”. Pode-se conjecturar que ensinar isto as crianças tinha o intuito de reafirmar o campo da ciência médica o que levaria as crianças e suas famílias a se afastarem de práticas de cura populares.

Quanto às questões de salubridade, não se resumiam aos cuidados com o asseio dos lares, das praças e das escolas. Na disciplina de geografia no terceiro ano do grupo escolar entre os conteúdos estavam: a construção e projeções de estradas de ferro, estradas, rios e principais portos (SANTA CATARINA, 1914b). Afinal, a salubridade dos espaços públicos seria marca distintiva de progresso e civilização, como escreveu o Inspetor de Saúde, o doutor

Joaquim David Ferreira Lima “As nações mais desenvolvidas e mais fortes; são justamente aquelas que se adstringem melhor, que se abrigam mais sabiamente as leis de hygiene [...]” (SANTA CATARINA, 1915, p.1). Os perigos do uso abusivo do fumo e do álcool, que já vinham merecendo atenção das autoridades catarinenses, como no caso da Lei Municipal da capital nº 312, que dentre outras coisas previa ações de prevenção contra vícios como fumo, álcool e jogos, e que também já faziam parte do programa de ensino para os grupos escolares catarinenses de 1911, novamente faz parte dos conteúdos correlatos à higiene prescritos pelo novo programa de 1914, sendo previsto para as aulas de linguagem oral do quarto ano o uso de quadros contra o alcoolismo. Também o regimento interno para os grupos escolares de Santa Catarina expedido em 1914, além de tornar expressamente proibido fumar no interior dos estabelecimentos de ensino, previa:

§ 1 – Ora os professores, em suas classes, ora o director, reunindo diversas classes, inclusive os alumnos da secção feminina, farão preelecções educativas combatendo o uso do fumo e do alcool, para o que, usarão os quadros adequados dos museus (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 331, p. 88-89).

Prejudiciais à saúde do corpo e vistos como vícios anticivilizados e avessos às regras da moral, era essencial combatê-los desde a infância, ensinando os males causados pelo álcool e o fumo nos grupos escolares, o que poderia prevenir o aparecimento ou a continuidade de maus hábitos. Acerca disto o jornal **O Tição**, de Florianópolis, em novembro de 1915 denunciava:

Não é raro vermos o O G (sic) e outros meninos de 7 a 8 annos já estão tão viciados que não se envergonham des (sic) fumar publicamente asstentando (sic) um habito sobre tão reprovado em uma criança (O **Tição**, 28/11/1915, p.3)

Partindo desde os cuidados com a higiene até o desenvolvimento muscular por meio de exercícios físicos, os processos de escolarização da infância recaiam sobre a educação do próprio corpo dos alunos e seriam temas debatidos em diferentes partes do Brasil (OLIVIERA; VAZ, 2004; OLIVEIRA; LINHALES, 2011). Imprescindível para manutenção da saúde, a dimensão física da educação representada em disciplinas como ginástica, trabalhos manuais e higiene, bem como os espaços e mobiliários destinados à escola, procurava também a formação do homem brasileiro, forte, saudável e apto ao trabalho (VAGO, 2000; PUCHTA, 2007). Nesta conjuntura, os programas de ensino dos grupos escolares catarinenses dos anos de 1911 e 1914 previam o ensino da ginástica com a finalidade de exercitar e formar os corpos dos alunos que os frequentavam, prescrevendo exercícios diferenciados para meninos e meninas. A importância da educação física era ressaltada em uma tradução publicada em dois números, de 1916, do jornal **A Escola**, do

Grupo Escolar Jerônimo Coelho, de Laguna. Segundo este jornal, a prática de exercícios físicos seria necessária para evitar a “degeneração da raça” e para formação de adultos fortes e saudáveis, uma vez que “a criança hoje sentada nos bancos da escola, será amanhã um homem obrigado a trabalhar para satisfazer suas necessidades” (**A Escola**, maio de 1916, p.5).

Segundo este jornal:

O menino que não exercita a necessidade de se mover, é um doente, que mais tarde, em consequência da predominância do systema nervoso, se tornará neurasthemico incapaz de esforços e um inutil a si e a sociedade. Os exercicios phisicos têm por fim remediar esta falta de educação intellectual (**A Escola**, junho de 1916, p. 5)

Evitar a apatia, os vícios e a aversão ao trabalho regular (motivo de empenho de sanitaristas e autoridades da época), bem como manter a saúde do corpo e para formar adultos robustos e bem dispostos, estas seriam nobres missões da educação física, de acordo com este impresso. Além disso, exercitar os músculos teria também uma influência sobre a moral do individuo (interessante assinalar que o subtítulo do jornal era: “Deus, pátria e família”).

Segundo o periódico:

O homem que gasta sua actividade nos exercicios são (sic) e agradáveis, encontrará um derivativo poderoso aos arrastamentos nocivos e perigosos e às paixões doentias. Mas o exercicio tem ainda um lado educativo de grande importancia: elle desenvolve em cada criança a habilidade, a agilidade a vontade do habito e o esforço intellectual. Emfim o exercicio produz também efeitos estheticos corrigindo attitudes viciosas (**A Escola**, junho de 1916, p. 5).

Com o objetivo de proporcionar uma educação integral (física, moral e intelectual) ao lado de disciplinas como ginástica, a higiene presente no currículo dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina teria como uma de suas finalidades a educação dos corpos das crianças, inclusive por meio dos exercícios físico, o que formaria adultos saudáveis e dispostos ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unida a outras prescrições, a higiene nos programas de ensino dos grupos escolares catarinenses tinha por intuito ensinar aos seus alunos os cuidados indispensáveis com a higiene (do corpo e das coisas). Entrelaçada com conteúdos de cunho moral e visando uma educação eminentemente prática, os preceitos higiênicos aparecem de maneira diluída no Programa de Ensino para os Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina de 1914, como conteúdo mais específico de duas disciplinas: “Elementos de Ciências e de Higiene” e

“Educação e Hygiene” e também permeando outras, e de maneira mais contundente no Regimento Interno de 1914, que diferente da determinação anterior, dispunha de título e capítulos próprios para higiene escolar (SANTA CATARINA, 1914ab). Afinal prescrita, de maneira sutil (mas não menos importante) ou como parte de uma matéria, a higiene, pouco a pouco, poderia inculcar hábitos sadios e modificar costumes considerados prejudiciais à saúde.

Anos depois da elaboração do Programa de Ensino para os Grupos Escolares de Santa Catarina e do Regimento Interno para essas instituições, ambos de 1914, o médico Oswaldo Cabral⁶, ao destacar a importância da educação sobre higiene das crianças, escreveu:

[...] nos primeiros tempos, todos os esforços serão conduzidos no sentido de criar novos instintos na criança, esforços dirigidos não para preceitos sanitários, mas sim para que tornem a fazer gestos, que um dia lhe tornarão, por toda a vida, uma segunda natureza. (CABRAL, 1929, p.31).

Neste sentido, os grupos escolares constituíam-se em lugares de possíveis intervenções em prol da saúde. Locais privilegiados de alertas sobre epidemias e de divulgação dos benefícios da vacinação antivariólica, estes grupos escolares foram exemplos de asseio para a sociedade, por meio de seus espaços limpos e salas arejadas, e principalmente foram locais de ensino de preceitos de higiene, de forma diluída em várias matérias ou em conteúdos específicos de algumas disciplinas, fazendo dos alunos divulgadores em potencial de noções higiênicas no meio que viviam.

REFERÊNCIAS:

A Escola. Órgão noticioso do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Laguna, 1916.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (Org.) **Múltiplas faces do educar:** processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p.115-124.

BERTUCCI, L. M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (Org.) **Eugenia e história.** São Paulo: FMUSP; UFABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 219-238

⁶ Oswaldo Rodrigues Cabral, catarinense, foi médico, memorialista, folclorista e professor. No ano de 1929 apresentou sua tese intitulada “Problemas educacionais de hygiene” a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutor em Medicina.

BERTUCCI, L. M. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**, Curitiba, n.54, out.-dez. 2014.

CABRAL, O. R. **Problemas educacionais de higiene**. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Florianópolis: [s.n.],1929.

CECCHIN, C. CUNHA, M. T. S. Tenha Modos! Educação e sociabilidade em manuais de civilidade e etiqueta (1900 – 1960). **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 1-11. Online. Acesso em 10 de setembro de 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes do fazer. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HOELLER, S. A. O. **Escolarização da infância catarinense**: a normatização do ensino público primário (1910 – 1935). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

OLIVEIRA, M.A.T.; LINHALES, M.A. Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882-1927). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.389-408, maio-ago. 2011.

OLIVEIRA, M.A.T.; VAZ, A.F. Educação do corpo: teoria e história. **Perspectiva**. Florianópolis, número especial, p.13-19, jul.-dez. 2004.

O Tição, Florianópolis, nov.1915 (excerto)

PUCHTA, D. R. **A formação do homem forte**: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882 – 1924). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PYKOSZ, L. C. **A higiene nos grupos escolares curitibanos**: fragmentos de uma Disciplina Escolar (1917 – 1932). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PYKOSZ, L. C. OLIVEIRA, M A. T. A higiene como tempo e lugar do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, jan/jun 2009. PP. 135-158

SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Regulamento Geral da Instrução Publica de Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1911a.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Horário e Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 1911.

SANTA CATARINA. Lei nº 967 de 22 de agosto de 1913. **Autoriza a Revisão dos Regulamentos da Instrução Pública do Estado.** Florianópolis: [s.n.], 1913.

SANTA CATARINA. Decreto nº 795 de 2 de maio de 1914. **Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1914a.

SANTA CATARINA. Decreto nº 796 de 2 de maio de 1914b. **Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1914b.

SANTA CATARINA, **Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Fluvio Aducci, Secretário Geral do Estado.** Florianópolis: [s.n.], 1915

SÃO PAULO. Decreto nº 1281 de 24 de abril de 1905. **Aprova e manda observar o Programa de Ensino para os Grupos Escolares.** São Paulo: [s.n.], 1905.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910).** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria. **Saúde pela Educação: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século xx.** Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2012.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”:** cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina.** Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores.** Petrópolis: Vozes, 1987.

VAGO. T. M. Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). **Educar.** Curitiba, nº16, editora da UFPR, 2000. p. 121 – 135.